



Semana da Vida
9 a 16 de Maio de 2010

TEMA

A VIDA É SEMPRE UM BEM

Vêm-se multiplicando os debates e as declarações sobre o direito à realização pessoal em todas as circunstâncias e em todas as etapas da vida. São aspectos fundamentais da pessoa, que deve ser respeitada como sujeito da sua existência, e têm a ver com a própria dignidade humana. Por isso, a discussão não se confina ao seu carácter religioso ou confessional. As considerações éticas e jurídicas são inevitáveis e deverão sempre ser acompanhadas de um esforço sério de discernimento, ao nível pessoal e colectivo, sobre o que é importante e decisivo para uma vida verdadeiramente humana: os valores autênticos e fundamentais, e o modelo de sociedade que se pretende.

Os Bispos de Portugal, apercebendo-se da grandeza dos problemas, nomeadamente da dificuldade de integrar a morte no horizonte da própria vida, e sabendo da intenção que se tem manifestado de se legislar neste âmbito, quiseram dar o seu contributo e ofereceram aos católicos algumas orientações. Nesta Semana da Vida, o Departamento Nacional da Pastoral Familiar propõe, para reflexão, os seguintes excertos da Nota Pastoral **Cuidar da vida até à morte: contributo para a reflexão ética sobre o morrer**⁽¹⁾, publicada a 12 de Novembro de 2009:

A vida, dom a agradecer

A vida humana é prévia a qualquer projecto pessoal, por isso ninguém é senhor absoluto da sua própria vida, e muito menos senhor da vida dos outros. [...]

A revelação bíblica mostra-nos a existência humana como resultado da bondade divina, isto é, como um dom que suscita em nós gratidão e não nos dispensa da responsabilidade de cuidar dele. A condição humana tem origem na bondade criadora de Deus e no amor salvífico de Jesus Cristo. [...]

Numa perspectiva de fé, a realização plena e definitiva da pessoa só é possível na vida em Deus. Só Deus é o Senhor da vida. Tal facto não retira ao homem a sua responsabilidade de procurar as melhores opções para cuidar da vida que tem diante de si. [...]

... não é arbitrariamente disponível

A vida não está à inteira disposição de quem quer que seja, não é arbitrariamente disponível, mas tem de ser respeitada como a condição básica de realização pessoal. O valor da vida humana não brota das valorizações que a sociedade lhe atribui ou dos critérios que no momento são socialmente significativos, mas de uma dignidade prévia a qualquer criteriologia. [...]

O homem actual quer não só ser protagonista da sua própria história, mas ter nas mãos todos os processos da sua vida. Tornou-se dominante uma concepção de autonomia em que a liberdade individual é elevada a direito absoluto. É neste sentido que parece aliciante poder antecipar a morte ou prolongar o processo de morrer, de acordo com o que no momento for tido como mais vantajoso. [...]

O próprio processo de morrer tem-se transformado: o morrer tornou-se mais longo; na maior parte das vezes morre-se em hospitais ou centros clínicos, nos ambientes anónimos e frios das instituições; o sofrimento associado a longas doenças terminais causa uma insegurança adicional; diversos factores contribuem para que os moribundos vivam uma solidão preocupante; o excesso de tecnologia põe em causa os esforços por humanizar o cuidado dos doentes. [...]

A obrigação moral de garantir à vida humana uma especial protecção está codificada no mandamento bíblico do Decálogo: “Não matarás”. [...]

A eutanásia é eticamente inaceitável

É eticamente inaceitável qualquer forma de eutanásia, isto é, qualquer “acção ou omissão que, por sua natureza e nas intenções, provoca a morte”⁽²⁾. Nem sequer o objectivo de eliminar o sofrimento ou livrar a pessoa de um estado penoso pode legitimar a eutanásia, tanto mais que a medicina e a sociedade dispõem de outros meios para socorrer os pacientes em fase terminal. Equivalente à eutanásia, do ponto de vista ético, é qualquer forma de ajuda ao suicídio, também designado suicídio assistido. [...]

Na realidade, porém, e numa linha de princípio, qualquer forma de eutanásia constitui uma renúncia a acompanhar a pessoa doente, traduz a falta de empenho de uma sociedade em procurar meios que permitam viver dignamente todas as fases da existência humana. É, por isso, uma violação, ainda que consentida, da dignidade fundamental que se deve reconhecer a cada ser humano. A eutanásia ou a ajuda ao suicídio são formas desumanas de lidar com a pessoa que vive o seu processo de morrer e constituem “uma ofensa à dignidade da pessoa humana, um crime contra a vida e um atentado contra a humanidade”⁽³⁾. [...]

Distinta desta atitude de agressão à vida humana, é a legítima renúncia a recorrer a todos os meios para manter viva uma pessoa em estado terminal. A obstinação terapêutica ou “distanásia” seria o recurso a um conjunto de intervenções médicas já desproporcionadas face ao bem global que a pessoa poderá vir a experimentar. [...]

Também esta renúncia a “tratamentos que dariam somente um prolongamento precário e penoso da vida”⁽⁴⁾ pode ser considerada uma opção de respeito pela vida, já que proteger a vida não significa prolongá-la a todo o custo. O respeito pela vida humana não se reduz a uma protecção incondicional da vida biológica, mas deve incluir também o empenho por garantir todos os elementos que tornam humana essa vida. O direito a uma morte digna pode significar também não esgotar todos os meios médicos, quando tal signifique apenas um prolongamento do morrer. [...]

A vida humana nunca perde sentido

Uma vida humana nunca perde sentido nem dignidade. Também o envelhecer e o morrer se integram no sentido da vida humana e reflectem a dignidade humana da pessoa. “O amor para com o próximo [...] torna capaz de reconhecer a dignidade de cada pessoa, mesmo quando a doença veio pesar sobre a sua existência. O sofrimento, a idade avançada, o estado de inconsciência, a iminência da morte, não diminuem a dignidade intrínseca da pessoa, criada à imagem de Deus”⁽⁵⁾. [...]

Pessoas gravemente doentes ou em estado terminal não podem ter de modo algum a impressão de serem indesejadas, mas devem sentir de modo reforçado que são preciosas e queridas, e que a sociedade não se dispensa de fazer tudo o que está ao seu alcance para as valorizar e integrar. [...]

Diz São Paulo: “Nenhum de nós vive para si mesmo, e nenhum de nós morre para si mesmo. Se vivemos, é para o Senhor que vivemos; e se morremos, é para o Senhor que morremos. Quer vivamos, quer morramos, é ao Senhor que pertencemos” (Rm 14,7-8). Como explica João Paulo II, “morrer para o Senhor significa viver a própria morte como acto supremo de obediência ao Pai [...]; viver para o Senhor significa também reconhecer que o sofrimento, embora permaneça em si mesmo um mal e uma prova, sempre se pode tornar fonte de bem”⁽⁶⁾. O cristão encontra o sentido redentor do sofrimento humano, unindo-se a Cristo, no mistério da sua paixão, morte e ressurreição. [...]

O que está em causa é a preservação da dignidade da pessoa em algo que é decisivo e constitutivo de todo o projecto pessoal de vida. Isto inclui certamente fazer aquilo que é razoavelmente possível para que o paciente preserve as condições de sujeito da sua própria história. [...]

Que estes excertos suscitem uma leitura integral.

No mistério da transmissão dos afectos, as expressões de dedicação e amor, manifestações do amor de Deus reveladas pelo amor do irmão, são sensíveis numa criança que dorme, como em quem se encontra inconsciente ou na fase final da vida.

As Obras de Misericórdia, descritas como os critérios do Juízo Final de Deus, constituem proposta imperativa a que cada um se torne verdadeiramente o próximo daquele que mais precisa e lhe proporcione uma experiência de entrega e de ternura, expressões do amor de Deus.

⁽¹⁾ Disponível em <http://www.leigos.pt/semanadavida.html>

⁽²⁾ João Paulo II, *Evangelium vitae*, Vaticano 1995, n.º 65.

⁽³⁾ Congregação para a Doutrina da Fé, *Declaração sobre a Eutanásia* (5.05.1980), in: AAS 72 (1980), II.

⁽⁴⁾ Congregação para a Doutrina da Fé, *Declaração sobre a Eutanásia* (5.05.1980), in: AAS 72 (1980), IV.

⁽⁵⁾ João Paulo II, *Discurso aos participantes no XIX Congresso Internacional do Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde*, 12.11.2004, n.º 3.

⁽⁶⁾ João Paulo II, *Evangelium vitae*, Vaticano 1995, n.º 67.